



**PROCESSO N.º 588/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026**

Torna-se público que a **SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA - SAEC**, realizará licitação visando o registro de preços, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 8.544/2023 (disponível em <http://leismunicipa.is/0h1ms>) e Portaria n.º 43/2024 (disponível em <https://www.saec.sp.gov.br/site/index.php/legislacao/>), aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Sistema de Registro de Preços	<input type="checkbox"/> Sim
Apresentação de Proposta	Até 27/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)
Abertura da licitação	27/05/2026 às 09h05 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	<input type="checkbox"/> Menor Preço Por Lote
Modo de Disputa	<input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 10,00 (dez reais) (incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)
Critério de Lances	<input type="checkbox"/> Valor Global do Lote
Participação de ME/EPP	<input type="checkbox"/> Licitação exclusiva
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Não
Exigências à vencedora	<input type="checkbox"/> Proposta Atualizada <input type="checkbox"/> Documentos de Habilitação
Valor Estimado da Contratação	R\$ 59.903,34 (cinquenta e nove mil, novecentos e três reais e trinta e quatro centavos)
Sistema Eletrônico	Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ( <a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a> ).
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	<a href="http://www.saec.sp.gov.br">www.saec.sp.gov.br</a> ; <a href="https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva">https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva</a> ; <a href="http://transparencia.saec.sp.gov.br:8079/transparencia/">http://transparencia.saec.sp.gov.br:8079/transparencia/</a> ; <a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	<a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>

**1. DO OBJETO**



1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À MICROEMPRESA-ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital.

1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação dividida em lotes ou em item, o licitante poderá participar em quantos lotes/itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇO**

2.1. As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como a possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta de Ata de Registro de Preços conforme Anexo II deste edital.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, através de manifestação de operador formalmente designado.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



3.5. O licitante se compromete a:

3.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

3.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil”, utilizar o suporte técnico através do telefone (41) 3097 4600 ou através do e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.9.1. será aplicado os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9.2. O(s) item(ns) e lote(s) de valor(es) estimado(s) até R\$ 80 mil e aquele(s) relacionado(s) a aquisição de bem(ns) de natureza divisível, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 poderão ser exclusivos ou poderão contar com cota de 25%



exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição no Termo de Referência.

3.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

3.10.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

3.10.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

3.10.4. reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso a funcionalidade esteja disponível), que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1. No caso de item/lote ou licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. No caso de item/lote ou licitação em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.5.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

5.1.1. valor unitário e total ou desconto do item;

5.1.2. quantidade;

5.1.3. marca, fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10<sup>1</sup> do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

---

<sup>1</sup> Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante





5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.



6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.





6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Após a convocação do pregoeiro, a empresa terá o prazo de **10 (dez) minutos** para responder à negociação.

6.20.2. No caso de licitação por lote, na contratação posterior de item específico que compõe o lote, serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

6.20.3. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.



6.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

6.21.1. Conforme o critério de julgamento, poderá ser exigida a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.21.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar por igual período o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



7.9.2. Será feita uma única convocação via sistema para realização do ajuste supracitado. Caso os erros de preenchimento não sejam sanados a proposta será desclassificada.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.11.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.

8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.





8.4. A documentação exigida para fins de habilitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido pelo órgão promotor da licitação, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados sob pena de inabilitação.

8.4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação e os produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.6. Os documentos do licitante não cadastrado no órgão promotor da licitação ou de documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados em referido registro cadastral, nos termos do item 8.4 deste edital, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

8.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.8. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de



contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

8.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.

8.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

8.10.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.10.3. O benefício de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.5.3 deste Edital.

8.11. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.

8.12. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços, a empresa deverá apresentar os nos Termos de Ciência e Notificação, Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções nº 01/2020, acrescido pela Resolução nº 11/2021.

9.1.2. Apresentar o comprovante de cadastro no CadTCESP nos termos da Resolução 21/2022 do TCE-SP.

9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitação.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**



10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

11.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,



encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;



12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.3.1. para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15%.

12.3.2. para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30%.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.





12.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial do órgão promotor da licitação [www.saec.sp.gov.br](http://www.saec.sp.gov.br) e na plataforma eletrônico do pregoeiro.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Documentos de Habilitação
  - 14.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços
  - 14.11.3. ANEXO III - Termo de Referência

Catanduva, 12 de maio de 2026.

---

**MARCO ANTONIO MACHADO**  
**Superintendente SAEC**



## PROCESSO N.º 588/2026

### ANEXO I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66 DA LEI 14.133/2021)

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual - MEI, tratando-se de MEI.

1.1. O documento deverá ser apresentado com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

#### 2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (ART. 68 DA LEI 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas do ministério da fazenda (CNPJ) ou no cadastro de pessoas físicas (CPF);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69 DA LEI 14.133/2021)



- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

#### **4. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

4.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante (em caso de indisponibilidade da funcionalidade descritas no item 4.3 do edital), elaboradas em papel timbrado, atestando que:

- a) atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município (endereço eletrônico [www.saec.sp.gov.br](http://www.saec.sp.gov.br) e <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva>);
- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei



Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra, cujos termos declara conhecer na íntegra;

- i) no caso de licitante organizado em cooperativa: cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, salvo por realização de nova finalidade, cuja hipótese de tratamento seja "para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador", conforme art.7,II da Lei 13.709/2018.



**ANEXO I - A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

Ref.: **PROCESSO N.º**        /        - **PREGÃO ELETRÔNICO N.º**        /

Empresa        , inscrita no CNPJ sob o nº        , sediada na        , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/catanduva>;





- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) no caso de licitante organizado em cooperativa: cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, salvo por realização de nova finalidade, cuja hipótese de tratamento seja "para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador", conforme art.7,II da Lei 13.709/2018.

, de de .

---

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



**PROCESSO N.º 588/2026**

**ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**N.º .....**

**CÓDIGO AUDESP:**

A SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA, com sede na Rua São Paulo, nº 1.108, Higienópolis, Catanduva/SP., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.559.279/0001-00, neste ato representada por seu Superintendente, Sr. **MARCO ANTONIO MACHADO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., processo administrativo n.º 588/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 8.544/2023, Portaria n.º 43/2024 aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À MICROEMPRESA-ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, especificados no Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**



2.1. O preço registrado (perfazendo o valor total de **R\$ 00,00 (xxx reais)**, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DADOS DA LICITANTE							
LOTE 1	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	001.024.004	Rádio base AC 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.1 Ref.: RB922UAGS-5HPacD-NM, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	6		
2	001.038.163	Rádio estação cliente 16 dBi 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.2 Ref.: RBSXTsqG-5acD, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	10		
3	Sem codigo	Rádio estação cliente 27 dBi 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.3 Ref.: RBLHGG-5acD-XL, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	4		
LOTE 1 - RÁDIOS (AUTOMAÇÃO) - VALOR TOTAL							
LOTE 2	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	001.038.066	Roteador 10 portas Giga L5. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.4 Ref.: RB3011UiAS-RM, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	4		
5	001.007.109	Switch 5 portas Giga L4. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.5 Ref.: RB750Gr3, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	8		
LOTE 2 - ROTEADOR E SWITCH (AUTOMAÇÃO) - VALOR TOTAL							
LOTE 3	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	009.001.395	Access Point Poe Wi-Fi. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.6-Ref.: Ubiquiti, Access Point Ubiquiti U6+ Wifi 6 2x2 Multi 2.4/5ghz 2.975gbps;	informar marca e modelo	un.	7		



7	Sem código	Adaptador Poe+. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.7 -Ref.: Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I	informar marca e modelo	un.	7		
8	009.001.394	Switch Poe De Camada 2-16 Portas RJ45 Gigabit-Gerenciável. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.8-Ref.: Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I.	informar marca e modelo	un.	1		
<b>LOTE 3 - ROTEADOR E SWITCH (REDE WI-FI CORPORATIVA) - VALOR TOTAL</b>							
<b>LOTE 4</b>	<b>CÓDIGO INTERNO</b>	<b>MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP</b>	<b>PROPOSTO PELO PROPONENTE</b>	<b>UN.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
9	Sem código	Roteador Wireless. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.9-Ref.: Intelbras, Roteador SR1041F	informar marca e modelo	un.	2		
<b>LOTE 4 - ROTEADOR WIRELESS (REDE ILUMINAÇÃO) - VALOR TOTAL</b>							
<b>VALOR TOTAL LICITAÇÃO</b>							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes à esfera de governo do município de Catanduva que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei 14.133/2021.



4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Quando solicitados os produtos, os pagamentos serão efetuados em 28 (vinte e oito) dias após a entrega, diretamente na **Conta nº** \_\_, **Agência** \_\_, **Banco** \_\_, com exceção de valores relativos à convênios e programas, cujos pagamento serão efetuados após o repasse.

5.2. Para o faturamento deverá ser apresentada a Nota Fiscal, com número da licitação, juntamente com os comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais.

5.3. Se cabível, a Contratante reterá os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S), referente à execução do objeto do contrato, conforme legislação específica.

## 6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original.

6.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.





## **7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses contados da data do orçamento estimado, **06/04/2026**.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem



negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:



- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 8.2.2 desta Ata; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
  - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **10. DAS PENALIDADES**

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:
- 10.2. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 10.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 10.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 10.5. Multa:



10.5.1. Moratória 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.5.1.1. superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º dia, a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo ao item 10.5.1;

10.5.1.2. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021;

10.5.2. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

10.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



10.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

Catanduva, ..... de ..... de .....

Assinaturas

- Representante legal do órgão gerenciador
- Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade





**PROCESSO N.º 588/2026**  
**ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE.

**1.1. Classificação do bem**

1.1.1. À luz das definições contidas nos incisos do artigo 6º da Lei 14.133/2021, o objeto em questão se classifica como um bem comum de fornecimento não contínuo, não se configurando, portanto, como um bem de luxo conforme disposto no artigo 20 da mesma lei.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação encontra amparo na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133, de 12 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 8.544, de 31 de março de 2023, e na Portaria nº 043, de 06 de fevereiro de 2024.

**2.2. Dispensabilidade de ETP, Matriz de Risco e Gestão de Risco:**

2.2.1. Por se tratar de aquisição de bens comuns, não há exigência legal de elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), sendo sua elaboração facultativa nos termos do art. 9º, § 1º, da Portaria nº 043, de 06 de fevereiro de 2024. Da mesma forma, fica dispensada a apresentação de Matriz de Risco ou Gestão de Risco, uma vez que o objeto da contratação não se enquadra como obra, serviço ou fornecimento de grande relevância técnica e econômica.

**2.3. Plano de Contratações Anual (PCA):**



2.3.1. A presente solicitação está devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), sob a sequência nº 242, referente à aquisição de equipamentos.

#### **2.4. Rádios de Comunicação para o Sistema de Automação Industrial:**

2.4.1. A SAEC opera, desde 2018, um sistema de comunicação sem fio responsável por integrar os Controladores Lógicos Programáveis (CLPs) ao Sistema Supervisório de monitoramento do abastecimento de água (Elipse E3). Essa rede wireless é a espinha dorsal do sistema de automação industrial da autarquia, e seu pleno funcionamento é condição indispensável para o abastecimento público do município.

2.4.2. Por meio dessa infraestrutura, é possível monitorar e controlar remotamente conjuntos moto-bomba, válvulas, transferências entre reservatórios, níveis, vazões e pressões de abastecimento nos poços distribuídos pelo território municipal. A ausência de comunicação compromete diretamente a gestão do sistema, podendo ocasionar desabastecimento público.

2.4.3. Além da automação industrial, a rede wireless fornece conectividade de para unidades afastadas da sede administrativa — o Laboratório da SAEC, a Estação de Tratamento de Esgoto Bruto e a Unidade de Captação São Vicente.

#### **2.5. Justificativa para exigência de marca e modelo específicos:**

2.5.1. A continuidade operacional do sistema exige que os equipamentos adquiridos sejam compatíveis com a infraestrutura existente, em particular com os protocolos proprietários do fabricante Mikrotik já em operação (protocolos NV2, Nstreme e configurações de VLAN). Com base nessa exigência técnica, as empresas participantes deverão ofertar os modelos e marcas indicados neste Termo de Referência, nos termos do art. 41, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021. Essa exigência se justifica pelos seguintes fatores:

2.5.1.1. Rapidez no restabelecimento do sistema: a substituição de equipamentos do mesmo modelo e marca requer apenas a replicação das configurações vigentes, sem alterações significativas de software ou novos investimentos em infraestrutura;

2.5.1.2. Preservação dos investimentos realizados: ao longo de anos de operação, a SAEC construiu uma infraestrutura de rede padronizada, cujos custos seriam ampliados caso houvesse necessidade de adaptação para equipamentos de outros fabricantes;



2.5.1.3. Capacitação técnica da equipe: os servidores da SAEC foram treinados na implantação do sistema em 2018 e acumularam, ao longo dos anos, expertise na operação, programação e manutenção dos equipamentos Mikrotik. A introdução de equipamentos de outra marca exigiria novos investimentos em treinamento, medida tecnicamente desvantajosa e financeiramente injustificável para um órgão público.

2.5.2. Conclui-se, portanto, que a exigência de compatibilidade e padronização dos equipamentos é imperativa para garantir a continuidade, a segurança e a eficiência do sistema de comunicação da SAEC, resguardando os investimentos já realizados e evitando custos adicionais desnecessários.

## **2.6. Rede Wi-Fi Corporativa nas Unidades da SAEC:**

2.6.1. Compõe também o objeto desta licitação a implantação de rede Wi-Fi corporativa nas unidades onde são executadas rotinas administrativas e operacionais, a saber: Sede Administrativa, UC1 - Unidade de Captação São Vicente, UC2 - Unidade de Captação e Laboratórios Birigui, e Estação de Tratamento de Esgoto.

2.6.2. A disponibilização de rede Wi-Fi nessas unidades é requisito técnico essencial para o pleno funcionamento das atividades institucionais, considerando que:

2.6.2.1. O Sistema Comercial da SAEC é integralmente web, exigindo conectividade contínua e estável para o gerenciamento, abertura e encerramento de Ordens de Serviço por meio de dispositivos móveis (tablets);

2.6.2.2. A funcionalidade de pagamento por cartão de crédito, já implantada e em funcionamento, depende de conexão Wi-Fi estável para viabilizar as transações eletrônicas realizadas pelos contribuintes;

2.6.2.3. A comunicação interna é amplamente realizada por meio do aplicativo WhatsApp — consolidado como ferramenta institucional para troca ágil de mensagens, áudios, vídeos e documentos —, cuja operação depende de conectividade adequada. A plataforma adota criptografia de ponta a ponta (E2EE - End-to-End Encryption), assegurando a integridade e a confidencialidade das comunicações.

2.6.3. Sob o aspecto da segurança da informação, a SAEC realiza o tratamento de dados pessoais de contribuintes e servidores em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), adotando políticas de backup, criptografia, controle de acesso por autenticação individual e configurações gerenciadas pelo



Departamento de Tecnologia da Informação.

2.6.4. Nesse contexto, os roteadores a serem adquiridos deverão possuir recursos de gerenciamento centralizado e suporte à criação de múltiplos perfis de acesso, possibilitando a segmentação de rede por finalidade (administrativa, operacional, visitantes e dispositivos institucionais), garantindo maior controle, rastreabilidade e segurança, em consonância com as boas práticas de governança em tecnologia da informação.

## **2.7. Roteadores para Sistema de Iluminação Automatizado e Inteligente:**

2.7.1. Integram ainda o objeto desta licitação roteadores wireless destinados à implantação de sistema de iluminação automatizado e inteligente. Esses equipamentos constituem infraestrutura essencial para garantir conectividade, monitoramento, automação e controle remoto do sistema, assegurando eficiência operacional, flexibilidade na implantação e adequada gestão dos recursos públicos.

## **3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

### **3.1. ESPECIFICAÇÕES RÁDIO BASE 16 dBi**

- 3.1.1. Antena integrada com o equipamento;
- 3.1.2. Arquitetura: MIPSBE;
- 3.1.3. Frequência mínima do processador: 720 MHz;
- 3.1.4. Licença RouterOS: 4;
- 3.1.5. Sistema operacional: RouterOS;
- 3.1.6. Memória RAM mínima: 128 MByte;
- 3.1.7. Capacidade armazenamento mínimo: 128 MByte;
- 3.1.8. Taxa de dados: 867 Mbit/s;
- 3.1.9. Alimentação PoE (Power over Ethernet);
- 3.1.10. Frequência: 5.8 GHz;
- 3.1.11. Padrão Wireless: 802.11a/n/ac;
- 3.1.12. Geração sem fio de 5 GHz: Wi-fi 5;
- 3.1.13. Interface Ethernet RJ45: 01 porta 10/100/1000 Mbps;
- 3.1.14. Interface de fibra óptica: 01 porta SFP;



- 3.1.15. Slots mini PCI-e: 01 porta;
- 3.1.16. Porta USB: 01 porta tipo A;
- 3.1.17. Monitor de temperatura, tensão e bip;
- 3.1.18. Incluso adaptador de energia 24VDC/1,2A;
- 3.1.19. Incluso: kit de parafusos (k-25), abraçadeira de metal para fixação e kit de montagem DIN (k-27);
- 3.1.20. Incluso Injetor Gigabit PoE;
- 3.1.21. Referência: RB922UAGS-5HPacD-NM, fabricante Mikrotik
- 3.1.21.1. Justificativa para utilização do modelo e marca: O sistema de comunicação em operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Mikrotik denominados NV2 e NSTRIME dos rádios. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização com esses protocolos. Outras justificativas, vide Item 3.10.

### **3.2. ESPECIFICAÇÕES RÁDIO ESTAÇÃO CLIENTE 16 dBi**

- 3.2.1. Antena integrada com o equipamento;
- 3.2.2. Arquitetura: ARM 32 bits
- 3.2.3. Frequência mínima do processador: 716 MHz;
- 3.2.4. Sistema operacional: RouterOS;
- 3.2.5. Memória RAM mínima: 256 MByte;
- 3.2.6. Capacidade armazenamento mínimo: 16MByte;
- 3.2.7. Taxa de dados: 867 Mbit/s;
- 3.2.8. Alimentação PoE (Power over Ethernet);
- 3.2.9. Frequência: 5.8 GHz;
- 3.2.10. Padrão Wireless: 802.11a/n/ac;
- 3.2.11. Geração sem fio de 5 GHz: Wi-fi 5;
- 3.2.12. Ganho mínimo da antena: 16dBi;
- 3.2.13. Interface Ethernet RJ45: 01 porta 10/100/1000 Mbps;
- 3.2.14. Incluso adaptador de energia;
- 3.2.15. Incluso abraçadeira de metal para fixação;
- 3.2.16. Incluso Injetor Gigabit PoE;
- 3.2.17. Referência: RBSXTsqG-5acD, fabricante Mikrotik
- 3.2.17.1. Justificativa para utilização do modelo e marca: O sistema de comunicação em



operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Mikrotik denominados NV2 e NSTRIME dos rádios. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização com esses protocolos. Outras justificativas vide Item 3.10.

### **3.3. ESPECIFICAÇÕES RÁDIO ESTAÇÃO CLIENTE 27 dBi**

- 3.3.1. Antena integrada com o equipamento;
- 3.3.2. Arquitetura: ARM 32bit;
- 3.3.3. Frequência do processador: 488-896MHz;
- 3.3.4. Sistema operacional: RouterOS;
- 3.3.5. Memória RAM mínima: 256 MByte;
- 3.3.6. Capacidade armazenamento mínimo: 16MByte;
- 3.3.7. Taxa de dados: 867 Mbit/s;
- 3.3.8. Alimentação PoE (Power over Ethernet);
- 3.3.9. Frequência: 5.8 GHz;
- 3.3.10. Padrão Wireless: 802.11a/n/ac;
- 3.3.11. Geração sem fio de 5 GHz: Wi-fi 5;
- 3.3.12. Ganho mínimo da antena: 27dBi;
- 3.3.13. Interface Ethernet RJ45: 01 porta 10/100/1000 Mbps;
- 3.3.14. Incluso adaptador de energia 24V/0,38A;
- 3.3.15. Incluso kit de montagem e kit abraçadeiras;
- 3.3.16. Incluso Injetor Gigabit PoE;
- 3.3.17. Referência: RBLHGG-5acD-XL, fabricante Mikrotik
- 3.3.17.1. Justificativa para utilização do modelo e marca: O sistema de comunicação em operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Mikrotik denominados NV2 e NSTRIME dos rádios. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização com esses protocolos. Outras justificativas vide Item 3.10.

### **3.4. ESPECIFICAÇÕES ROTEADOR 10 PORTAS GIGA L5**

- 3.4.1. Deve possuir dez (10) portas ethernet RJ45 Gigabit/s (10/100/1000 MBit/s);
- 3.4.2. Possuir no mínimo uma (01) porta de fibra (SFP);





- 3.4.3. Possuir no mínimo uma (01) porta RJ45 console;
- 3.4.4. Possuir no mínimo uma (01) porta USB tipo A;
- 3.4.5. Velocidade mínima do processador de 1.4 GHz;
- 3.4.6. O processador deve possuir no mínimo dois (02) núcleos;
- 3.4.7. Arquitetura: ARM 32 bits;
- 3.4.8. Sistema operacional: RouterOS;
- 3.4.9. Licença RouterOS: 5
- 3.4.10. Memória RAM de no mínimo: 1GB;
- 3.4.11. Memória de armazenamento: 128MB;
- 3.4.12. Largura: para rack 19U;
- 3.4.13. Altura máxima de 1U;
- 3.4.14. Incluso fonte de alimentação;
- 3.4.15. Incluso conjunto de fixação para rack;
- 3.4.16. Incluso orelhas de fixação para rack.
- 3.4.17. Referência: RB3011UiAS-RM, fabricante Mikrotik.
- 3.4.17.1. Justificativa para utilização do modelo e marca: O sistema de comunicação já em operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Mikrotik para configurações de VLAN. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização. Outras justificativas vide Item 3.10.

### **3.5. ESPECIFICAÇÕES SWITCH 5 PORTAS GIGA L4**

- 3.5.1. Deve possuir cinco (05) portas ethernet RJ45 Gigabit/s (10/100/1000 MBit/s);
- 3.5.2. Possuir no mínimo uma (01) porta USB tipo A;
- 3.5.3. Velocidade mínima do processador de 880MHz;
- 3.5.4. O processador deve possuir no mínimo dois (02) núcleos;
- 3.5.5. Arquitetura: MMIPS;
- 3.5.6. Sistema operacional: RouterOS;
- 3.5.7. Licença RouterOS: 4
- 3.5.8. Memória RAM de no mínimo: 256MB;
- 3.5.9. Memória de armazenamento: 16MB;
- 3.5.10. Incluso fonte de alimentação;
- 3.5.11. Referência: RB750Gr3, fabricante Mikrotik.



3.5.11.1. Justificativa para utilização do modelo e marca: O sistema de comunicação já em operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Mikrotik para configurações de VLAN. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização. Outras justificativas vide Item 3.10.

### **3.6. ESPECIFICAÇÕES ACCESS POINT POE WI-FI**

3.6.1. Standard WiFi: Wi-Fi 6;

3.6.2. Fluxos Espaciais: 6;

3.6.3. Área de Cobertura: 140 m<sup>2</sup> (1.500 ft<sup>2</sup>);

3.6.4. Contagem Máxima de Clientes: +350;

3.6.5. Uplink: GbE;

3.6.6. Montagem: Teto, Parede (Pro Mount Incluído);

3.6.7. Impermeabilização: IP54;

3.6.8. Método de Alimentação: POE;

3.6.9. Injetor POE (Mesmo Fabricante): Sim;

3.6.10. Desempenho

3.6.10.1. MIMO

3.6.10.1.1. 5 GHz: 4 x 4 (DL/UL MU-MIMO);

3.6.10.1.2. 2,4 GHz: 2 x 2 (UL MU-MIMO);

3.6.11. Taxa de Dados Máxima

3.6.11.1. 5 GHz: 4,8 Gbps (BW160);

3.6.11.2. 2,4 GHz: 573,5 Mbps (BW40);

3.6.11.3. Ganho de Antena

3.6.11.3.1. 5 GHz: 6 dBi;

3.6.11.3.2. 2,4 GHz: 4 dBi;

3.6.11.4. Potência Máxima de Transmissão

3.6.11.4.1. 5 GHz: 26 dBm;

3.6.11.4.2. 2,4 GHz: 22 dBm;

3.6.11.5. Máx. BSSIDs: 8 por Rádio;

3.6.11.6. Taxas de Dados Suportadas

3.6.11.6.1. 802.11ax (WiFi 6): 7,3 Mbps a 4,8 Gbps (MCS0 - MCS11 NSS1/2/3/4, HE 20/40/80/160);



3.6.11.6.2. 802.11ac (WiFi 5):6,5 Mbps a 3,4 Gbps (MCS0 - MCS9 NSS1/2/3/4, VHT 20/40/80/160);

3.6.11.6.3. 802.11n:6,5 Mbps a 600 Mbps (MCS0 - MCS31, HT 20/40);

### 3.6.12. Recursos

3.6.12.1. Malha Sem Fio: Sim;

3.6.12.2. Direcionamento de Banda: Sim;

3.6.12.3. 802.11v Gerenciamento de Transição BSS: Sim;

3.6.12.4. 802.11r Roaming Rápido: Sim;

3.6.12.5. 802.11k Gerenciamento de Recursos de Rádio (RRM): Sim;

3.6.12.6. Gerenciamento Avançado de Rádio: Sim;

3.6.12.7. Passpoint (Hotspot 2.0): Sim;

3.6.12.8. Portal de Hotspot Cativo:

3.6.12.8.1. Página de Destino com Marca Personalizada: Sim;

3.6.12.8.2. Autenticação de Voucher: Sim;

3.6.12.8.3. Autenticação Baseada em Pagamento: Sim;

3.6.12.8.4. Suporte ao Servidor do Portal Externo: Sim;

3.6.12.8.5. Autenticação por Senha: Sim;

3.6.12.8.6. Isolamento de Rede de Convidados: Sim;

3.6.12.8.7. Chave Pré-Compartilhada Privada (PPSK): Sim;

3.6.12.8.8. Limitação de Velocidade do WiFi: Sim;

3.6.12.8.9. Isolamento de Dispositivo do Cliente: Sim;

3.6.12.8.10. Horários de WiFi: Sim;

3.6.12.8.11. RADIUS sobre TLS (RadSec): Sim;

3.6.12.8.12. VLAN atribuída dinamicamente pelo RADIUS: Sim;

### 3.6.13. Hardware

3.6.13.1. Consumo Máximo de Energia: 13W;

3.6.13.2. Faixa de Tensão Suportada:44—57V CC;

3.6.13.3. Interface de Rede: Porta RJ45 GbE;

3.6.13.4. Gerenciamento:

3.6.13.4.1. Ethernet;

3.6.13.4.2. Bluetooth;

3.6.13.5. Material de Fechamento: Policarbonato;

3.6.13.6. Material de Montagem: Aço inoxidável (SUS304);



- 3.6.13.7. LEDs Sistema: Branco/Azul;
- 3.6.13.8. Largura de Banda do Canal: HT 20/40, VHT 20/40/80/160, HE 20/40/80/160 (MHz);
- 3.6.13.9. Compatível com NDAA: Sim;
- 3.6.13.10. Certificações: CE, FCC, IC;
- 3.6.13.11. Frequência de Operação
  - 3.6.13.11.1. EUA/CA:
    - 3.6.13.11.1.1. 2400 - 2472 MHz;
    - 3.6.13.11.1.2. U-NII-1: 5150 - 5250 MHz;
    - 3.6.13.11.1.3. U-NII-2A: 5250 - 5350 MHz;
    - 3.6.13.11.1.4. U-NII-2C: 5470 - 5725 MHz;
    - 3.6.13.11.1.5. U-NII-3: 5725 - 5850 MHz;
  - 3.6.13.11.2. Mundial:
    - 3.6.13.11.2.1. 2400 - 2483,5 MHz;
    - 3.6.13.11.2.2. 5150 - 5725 MHz;
- 3.6.13.12. Temperatura Ambiente de Operação: -30 a 60°C (-22 a 140°F);
- 3.6.13.13. Umidade Operacional Ambiente: 5 a 95% sem condensação;
- 3.6.13.14. Referência: Ubiquiti, Access Point Ubiquiti U6+ Wifi 6 2x2 Multi 2.4/5ghz 2.975gbps;

### **3.7. ADAPTADOR POE+**

- 3.7.1. Dimensões: 93 x 62 x 35 mm (3,7 x 2,4 x 1,4");
- 3.7.2. Peso: 156 g (5,5 oz);
- 3.7.3. Tensão de Saída: 48V DC @ 0,65A;
- 3.7.4. Tensão Nominal: 100-240V CA a 50/60Hz;
- 3.7.5. Indicador de Atividade LAN: Não;
- 3.7.6. Porta LAN Gigabit: Sim;
- 3.7.7. Capacidade de Redefinição Remota: Não;
- 3.7.8. Botão de Reset: Não;
- 3.7.9. Alimentação de 2 pares: Pinos 4, 5 (+) e 7, 8 (-);
- 3.7.10. Conector AC: IEC-320 C6;
- 3.7.11. Proteção de Grampeamento: Dados de 11V, potência de 60V;
- 3.7.12. Dados de Entrada / PoE: Soquete Blindado RJ45;
- 3.7.13. Corrente de Entrada: 0,75A (Máxima);



- 3.7.14. Corrente de Inrush: <100A pico a 26°C;
- 3.7.15. Eficiência: 87%;
- 3.7.16. Frequência de Comutação: 70 kHz (Máxima);
- 3.7.17. Saída de Ripple: 1% (Máxima)
- 3.7.18. Regulação de Linha:  $\leq 3\%$ ;
- 3.7.19. Regulação de Carga:  $\leq 5\%$ ;
- 3.7.20. Descarga Máxima de Sobrecarga: 1500A (8/20  $\mu$ s) de potência;
- 3.7.21. Corrente de Pulso de Pico: 36A (10/1000  $\mu$ s) dados;
- 3.7.22. Tempo de Resposta: <1 ns;
- 3.7.23. Capacitância de Desvio: <5 pF de dados;
- 3.7.24. Proteção contra surtos: Diferença e modo comum;
- 3.7.25. Temperatura Ambiente de Armazenamento: -30 a 70°C (-22 a 158°F);
- 3.7.26. Temperatura Ambiente de Operação: 0 a 40° C (32 a 104° F);
- 3.7.27. Umidade Operacional Ambiente: 10 a 95% não condensante;
- 3.7.28. Compatível com NDAA: Sim;
- 3.7.29. Certificações: CE, FCC, IC, UL, CCC;
- 3.7.30. Referência: Ubiquiti, Injetor Ubiquiti PoE AT 48V 0,65A U-POE-BRDas

### **3.8. SWITCH POE DE CAMADA 2-16 PORTAS RJ45 GIGABIT- GERENCIÁVEL**

- 3.8.1. Gerenciável: Sim;
- 3.8.2. Silencioso: Sim;
- 3.8.3. Dimensões: 442 x 200 x 44 mm (17,4 x 7,9 x 1,7");
- 3.8.4. Formato: Montagem em rack (1U);
- 3.8.5. Layout de Portas (Gerência)
  - 3.8.5.1. Porta 1 GbE RJ45:16 (8 PoE+);
    - 3.8.5.1.1. Gigabit: Sim;
  - 3.8.5.2. Porta 1G SFP: 2;
    - 3.8.5.2.1. Gigabit: Sim;
  - 3.8.5.3. Leds:
    - 3.8.5.3.1. Portas RJ45 de Dados: Sim;
    - 3.8.5.3.2. Portas SFP de Dados: Sim;
    - 3.8.5.3.3. PoE; Velocidade/Link/Atividades: Sim;



- 3.8.5.3.3.1. Saída Máxima de PoE: Até PoE+;
- 3.8.5.3.3.2. Disponibilidade Total de PoE: 42W;
- 3.8.5.4. Desempenho
  - 3.8.5.4.1. Capacidade de Switching: 36 Gbps;
  - 3.8.5.4.2. Taxa de Transferência Total Não Bloqueante: 18 Gbps;
  - 3.8.5.4.3. Taxa de Encaminhamento: 27 Mpps;
  - 3.8.5.4.4. VLANs suportadas: 1,000;
  - 3.8.5.4.5. Tamanho da Tabela de Endereços MAC: 8,000;
  - 3.8.5.4.6. Tamanho do Buffer de Pacotes: 0,5 MB;
- 3.8.5.5. Recursos da Camada 2
  - 3.8.5.5.1. Agregação de Portas LACP: Sim;
  - 3.8.5.5.2. STP e RSTP: Sim;
  - 3.8.5.5.3. Configuração Avançada de IGMP (Consultor, Saída Rápida, Porta do Roteador): Sim;
  - 3.8.5.5.4. IGMP Snooping: Sim;
  - 3.8.5.5.5. Controle 802.1X: Sim;
  - 3.8.5.5.6. ACLs baseados em MAC e Isolamento de Dispositivos: Sim;
  - 3.8.5.5.7. DHCP Snooping & Guarding: Sim;
  - 3.8.5.5.8. Limite de Taxa de Saída: Sim;
  - 3.8.5.5.9. Controle de Fluxo: Sim;
  - 3.8.5.5.10. Storm Control: Sim;
  - 3.8.5.5.11. Limitação de Taxa de Multicast e Broadcast: Sim;
  - 3.8.5.5.12. Bloqueio de Endereço MAC: Sim;
  - 3.8.5.5.13. ACLs baseadas em IP e Isolamento de Rede: Sim;
  - 3.8.5.5.14. Restrição de Porta Baseada em MAC: Sim;
  - 3.8.5.5.15. Isolamento de Porta: Sim;
  - 3.8.5.5.16. Espelhamento de Porta: Sim;
  - 3.8.5.5.17. Quadros Jumbo: Sim;
  - 3.8.5.5.18. LLDP-MED: Sim;
  - 3.8.5.5.19. VLAN de Voz: Sim;
  - 3.8.5.5.20. Proteção de Loop: Sim;
- 3.8.5.6. Hardware
  - 3.8.5.6.1. Portas PoE





- 3.8.5.6.1.1. PoE+:8;
- 3.8.5.6.2. Potência Máxima PoE por Porta por PSE
  - 3.8.5.6.2.1. PoE:15,4W;
  - 3.8.5.6.2.2. PoE+:32W;
- 3.8.5.6.3. Consumo Máximo de Energia
  - 3.8.5.6.3.1. 18W (Excluindo Saída PoE) ;
  - 3.8.5.6.3.2. 60W (Incluindo Saída PoE);
- 3.8.5.6.4. Método de Alimentação: Entrada universal, 100—240V AC, 50/60 Hz;
- 3.8.5.6.5. Método de Entrada de Energia: Entrada CA;
- 3.8.5.6.6. Fonte de Alimentação: AC/DC, interno, 60W;
- 3.8.5.6.7. Faixa de Tensão Suportada:100—240V CA;
- 3.8.5.6.8. Gerenciamento: Ethernet;
- 3.8.5.6.9. Dissipação de Calor (Excluindo Saída PoE): 61.416 BTU/hora;
- 3.8.5.6.10. Material de Fechamento: Aço SGCC;
- 3.8.5.6.11. Material de Montagem: Aço SGCC;
- 3.8.5.6.12. Profundidade de Rack Suportada;
  - 3.8.5.6.12.1. 400~1200 mm;
  - 3.8.5.6.12.1.1. (15,7-47,2");
- 3.8.5.6.13. Display de LCM com Suporte à Realidade Aumentada (AR): Tela sensível ao toque (Touchscreen) de 1.3 polegadas;
- 3.8.5.6.14. Proteção ESD/EMP:Ar:  $\pm 16\text{kV}$ , contato:  $\pm 12\text{kV}$ ;
- 3.8.5.6.15. Temperatura Ambiente de Operação: -5 a 40°C (23 a 104°F);
- 3.8.5.6.16. Umidade Operacional Ambiente:10 a 90% sem condensação;
- 3.8.5.6.17. Certificações: CE, FCC, IC;
- 3.8.5.6.18. Referência: Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I.

### **3.9. ESPECIFICAÇÕES ROTEADOR WIRELESS**

- 3.9.1. Área de Cobertura: mínima 120m<sup>2</sup>
- 3.9.2. Número de dispositivos conectados: mínimo de 128, sendo no mínimo 64 em 5GHz;
- 3.9.3. Hardware
  - 3.9.3.1. 4 antenas externas de 5dBi;



- 3.9.3.2. 1 Porta WAN Gigabit 10/100/1000 Mbps;
- 3.9.3.3. 3 Portas LAN Gigabit 10/100/1000 Mbps;
- 3.9.3.4. Memória Flash: Mínimo de 128 MB (megabytes);
- 3.9.4. Parâmetros Wireless
  - 3.9.4.1. Padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax;
  - 3.9.4.2. Modo de Operação Roteador e Ponto de Acesso;
  - 3.9.4.3. Frequência de Operação: 2.4 GHz /5 GHz;
- 3.9.5. Largura de Banda
  - 3.9.5.1. 2.4 GHz: 20, 40 MHz;
  - 3.9.5.2. 5 GHz: 20, 40, 80 MHz;
- 3.9.6. Canais de Operação
  - 3.9.6.1. 2.4 GHz: 1-13/
  - 3.9.6.2. 5 GHz: 36, 40, 44, 48, 52, 56, 60, 64, 100, 104, 108, 112, 116, 120, 124, 128, 132, 136, 140, 149, 153, 157, 161 e 165;
  - 3.9.6.3. Potência Máxima (E.I.R.P.)
    - 3.9.6.3.1. 2,4 GHz (n40 MCS7): < 281mW (24,5 dBm);
    - 3.9.6.3.2. 5 GHz (ax80 MCS11): < 316mW (25 dBm);
    - 3.9.6.3.3. Sensibilidade de recepção em 2.4 GHz -61dBm @802.11n 40MHz (MCS7);
    - 3.9.6.3.4. Sensibilidade de recepção em 5 GHz -46dBm @802.11ax 80MHz (MCS11);
    - 3.9.6.3.5. Segurança WPA-PSK e WPA2-PSK com criptografia TKIP + AES ou apenas AES; WPA3-SAE com criptografia AES;
- 3.9.7. Fonte de Alimentação
  - 3.9.7.1. Entrada: 100-240 V a 50/60 Hz;
  - 3.9.7.2. Saída: 12 Vdc / 1A;
  - 3.9.7.3. Potência de consumo máxima 12W;
- 3.9.8. Condição de operação
  - 3.9.8.1. Temperatura de operação 0°C a 40°C;
  - 3.9.8.2. Umidade de operação 10% a 90%, sem condensação;
  - 3.9.8.3. Referência: Intelbras, Roteador SR1041F

## **3.10. DAS REFERÊNCIAS**

### **3.10.1. Referente aos itens 3.1 a 3.8**



#### **3.10.1.1. Justificativa para utilização do modelo e marca (itens 3.1 a 3.5):**

3.10.1.1.1. O sistema de comunicação (Automação) já em operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Mikrotik para configurações de VLAN. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização.

#### **3.10.1.2. Justificativa para utilização do modelo e marca (itens 3.6 a 3.8):**

3.10.1.2.1. O sistema de comunicação (Automação) já em operação utiliza os protocolos proprietário do fabricante Ubiquiti para configurações de VLAN. Logo, todos produtos ofertados devem possuir total compatibilidade de software para possibilitar a sua utilização.

3.10.1.2.2. É importante destacar que os equipamentos descritos nos itens 3.1 a 3.8 são dispositivos que serão utilizados para expansão da estrutura já existente, ou seja, a PADRONIZAÇÃO dos equipamentos é um fator fundamental para manter a eficiência e eficácia da infraestrutura e sua expansão/ampliação.

#### **3.10.2. Referente ao Item 3.9**

3.10.2.1. O modelo citado para este item, trata-se apenas de uma referência/ exemplo, não havendo a obrigatoriedade de serem apresentados nas propostas os mesmos modelos e marcas, ou seja, as marcas e/ou modelos eventualmente indicados não são excludentes de outros produtos que possuam todas as características exigidas, prestando-se para mera referência e facilitação da compreensão do objeto, nos termos do inciso I, alínea d, do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

3.10.3. Todas as características definidas nesse documento representam características/requisitos mínimos.

3.10.4. Todos os requisitos previstos neste Termo de Referência deverão ser atendidos.

3.10.5. O não-atendimento de todos dos requisitos previstos neste Termo de Referência acarretará a desclassificação da empresa proponente.

#### **3.11. DA QUANTIDADE**



3.11.1. A quantidade a ser registrado o preço está listada na Tabela 1:

Tabela 1: Quantidades e características gerais dos produtos licitados.

SAEC SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA			OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE.				
			DATA:				
LOTE 1	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1.1	001.024.004	Rádio base 16dBi AC 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.1 <b>Ref.:</b> RB922UAGS-5HPacD- NM, Mikrotik	Informar marca e modelo	Un.	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2	001.038.163	Rádio estação cliente 16 dBi 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.2. <b>Ref.:</b> RBSXTsqG-5acD, Mikrotik	Informar marca e modelo	Un.	10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3	Sem código	Rádio estação cliente 27 dBi 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.3 <b>Ref.:</b> RBLHGG-5acD-XL, Mikrotik	Informar marca e modelo	Un.	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LOTE 1: RÁDIOS (AUTOMAÇÃO) - VALOR TOTAL							R\$ 0,00
LOTE 2	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃOLOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
2.1	001.038.066	Roteador 10 portas Giga L5. Demais características conforme especificações técnicas do edital. <b>Ref.:</b> RB3011UiAS-RM, Mikrotik	Informar marca e modelo	Un.	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00



<b>SAEC</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE CATANDUVA</b>			<b>OBJETO:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE.				
			DATA:				
2.2	001.007.109	Switch 5 portas Giga L4. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Ref.: RB750Gr3, Mikrotik	Informar marca e modelo	Un.	8	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>LOTE 2-ROTEADOR E SWITCH (AUTOMAÇÃO) - VALOR TOTAL</b>							R\$ 0,00
<b>LOTE 3</b>	<b>CÓDIGO INTERNO</b>	<b>MATERIAIS - DESCRIÇÃOLOTE EXCLUSIVO ME/EPP</b>	<b>PROPOSTO PELO PROPONENTE</b>	<b>UN.</b>	<b>QTD</b>	<b>V. UNITÁRIO</b>	<b>V. TOTAL</b>
3.1	009.001.395	Access Point Poe Wi-Fi. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.9 <b>Ref.:</b> Ubiquiti, Access Point Ubiquiti U6+ Wifi 6 2x2 Multi 2.4/5ghz 2.975gbps;	Informar marca e modelo	Un.	7		
3.2		Adaptador Poe+. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.10 <b>Ref.:</b> Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I	Informar marca e modelo	Un.	7		
3.3	009.001.394	Switch Poe De Camada 2-16 Portas Rj45 Gigabit-Gerenciável. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.11 <b>Ref.:</b> Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I.	Informar marca e modelo	Un.	1		
<b>LOTE 3-ROTEADOR E SWITCH (REDE WI-FI CORPORATIVA) - VALOR TOTAL</b>							



<b>SAEC</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE</b> <b>CATANDUVA</b>			<b>OBJETO:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE.				
			DATA:				
<b>LOTE</b> <b>4</b>	<b>CÓDIGO</b> <b>INTERNO</b>	<b>MATERIAIS -</b> <b>DESCRIÇÃO</b> <b>LOTE</b> <b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	<b>PROPOSTO</b> <b>PELO</b> <b>PROPONENTE</b>	<b>UN.</b>	<b>QTD</b>	<b>V.</b> <b>UNITÁRIO</b>	<b>V.</b> <b>TOTAL</b>
<b>4.1</b>		Roteador Wireless. Demais características conforme especificações técnicas do edital.  Item 3.9 Ref.: Ref.: Intelbras, Roteador SR1041F	Informar marca e modelo	Un.	2		
<b>LOTE 4-ROTEADOR WIRELESS (REDE ILUMINAÇÃO) - VALOR TOTAL</b>							
<b>VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO</b>							

### 3.12. DA GARANTIA

3.12.1. A detentora da ata prestará à SAEC garantia integral, com prazo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega dos produtos, contra qualquer defeito de fabricação que apresentar, incluído avarias no transporte até o local de entrega.

3.12.2. Os produtos que eventualmente apresentarem defeito, deverão ser substituídas imediatamente pela EMPRESA detentora da ata no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

3.12.3. Garantia NÃO COBRIRÁ defeitos provocados por descarga elétrica ou atmosféricas ou mau uso dos produtos.

### 3.13. Subcontratação

3.13.1. É vedada a subcontratação.

## 4. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA





4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

## **5. MODO DE FORNECIMENTO DO OBJETO**

### **5.1. Forma de Fornecimento**

5.1.1. O fornecimento será parcelado conforme a necessidade da Administração.

### **5.2. Condições de Entrega**

5.2.1. Constitui obrigação da detentora da ata manter atualizado seu e-mail de contato para viabilizar todas as comunicações com a Contratante. Na ausência de confirmação de recebimento expressa, o Contratante realizará apenas uma reiteração. Em tais circunstâncias, os prazos de fornecimento ou de cumprimento de obrigações decorrentes de notificação emitida pelo Contratante correrão a partir do envio da reiteração única.

5.2.2. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados e instruídos com documentos comprobatórios pela detentora da ata, para serem submetidos à apreciação superior.

5.2.3. A detentora da ata deve arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição dos produtos recusados por não atenderem ao edital.

5.2.4. A empresa deverá disponibilizar pessoal suficiente e adequado para a descarga, para a movimentação e para a efetiva entrega dos produtos devendo, preferencialmente, os entregadores usar uniformes e/ou crachás.

5.2.5. O material a ser entregue deverá ser o mesmo constante no edital e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de medida e à marca indicada durante o certame licitatório, sob pena de recusa de recebimento.

5.2.6. Eventuais requerimentos de substituição de marca deverão ser protocolados pela detentora da ata, antes do vencimento do prazo de entrega, para serem submetidos à análise da equipe técnica da área demandante e, posteriormente, à decisão do gestor.

5.2.6.1. Os requerimentos em questão devem ser acompanhados de justificativa, da indicação



de nova marca, com características equivalentes ou superiores àquelas propostas durante o certame licitatório e dos documentos comprobatórios, tais como catálogos, fichas técnicas, além da apresentação de amostras.

5.2.7. O objeto deverá ser entregue observando-se as seguintes condições:

5.2.7.1. Prazo: A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data indicada na Autorização de Fornecimento a ser encaminhada por e-mail.

5.2.7.2. Agendamento: As entregas deverão, preferencialmente, ser agendadas previamente com a gestão e fiscalização do contrato, pelo endereço eletrônico: [ti@saec.sp.gov.br](mailto:ti@saec.sp.gov.br).

5.2.7.3. Local e Horário de Entrega: Almoxarifado da SAEC, localizado na Av. São Domingos, 1636, CEP: 15803-010, Vila Guzzo, Catanduva/SP de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 10:30 e das 13:00 às 16:30.

#### **5.2.8. Obrigações da Detentora da Ata**

5.2.8.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, bem como aquelas constantes em sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.2.8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.8.6. Manter durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade;



5.2.8.7. Arcar com as despesas decorrentes de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto, quando necessário, nos termos do §4º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021

5.2.8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto;

5.2.8.9. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.2.8.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;

5.2.8.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021 e

5.2.8.12. Cumprir, com os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

### **5.3. Obrigações da Contratante**

5.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora da ata, de acordo com a ata e seus anexos;

5.3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.3.3. Notificar a detentora da ata, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e o cumprimento das obrigações pela detentora da ata;

5.3.5. Efetuar o pagamento à detentora da ata do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

5.3.6. Aplicar à detentora da ata as sanções previstas na lei e no Edital;

5.3.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



5.3.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.3.9. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora da ata com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora da ata, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. GESTÃO DA ATA**

### **6.1. Gestor/Fiscal da Ata**

6.1.1. Gestão: José Geraldo Maziero (Diretor de TI);

6.1.2. Fiscalização da ata: Gustavo Elias (Encarregado de Proteção de Dados Pessoais);

6.2. Os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE, no almoxarifado, para efeito de verificação posterior da conformidade do produto com a proposta técnica/comercial da detentora da ata no processo licitatório;

6.3. Em caso de desconformidade com as normas do(s) produto(s) entregues, a SAEC recusará os produtos e procederá com notificação da EMPRESA detentora da ata, garantindo o contraditório e ampla defesa. Persistindo a irregularidade, os produtos serão recusados definitivamente.

6.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o objeto não atende as especificações técnicas constantes neste termo de referência, a SAEC rejeitará o produto no todo ou em parte, obrigando a EMPRESA detentora da ata a substituição do(s) produto(s) não aceito no prazo máximo de 20 dias corridos;

6.5. Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE, após a verificação de exame quantitativo e qualitativo (atendimento ao Termo de Referência e proposta técnica/comercial da detentora da ata).

## **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1. O pagamento será feito em moeda corrente no país, no prazo de 28 dias após o Recebimento Definitivo dos produtos com a respectiva nota fiscal eletrônica.**

## **8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. A seleção do fornecedor será mediante procedimento licitatório na modalidade pregão,



forma eletrônica, sistema de registro de preços e o critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR LOTE.

## **8.2. Habilitação**

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá a proponente comprovar os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, especificamente art. 66 (habilitação jurídica), art. 68 (habilitação fiscal, social e trabalhista) e art. 69 (habilitação econômico-financeira) sendo esta última limitada a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, não sendo necessário a exigência de habilitação técnica.

## **8.3. Amostras**

8.3.1. Não será exigida amostra como condição para o julgamento da proposta.

## **8.4. Participação de consórcio**

8.4.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que há diversas empresas no mercado com capacidade operacional e profissional para atender satisfatoriamente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência. Assim, considerando a avaliação de conveniência e oportunidade no caso em questão, a Administração opta, com base em seu poder discricionário, por manter a proibição da participação de empresas em consórcio neste certame.

## **8.5. Garantia de proposta**

8.5.1. Não será exigida garantia de proposta.

## **8.6. INFORMAÇÕES TÉCNICAS A SEREM FORNECIDAS**

8.6.1. As EMPRESAS LICITANTES deverão apresentar na proposta a marca e modelo completo do produto ofertado para comprovação das informações técnicas contidas neste termo de referência;

8.6.2. Para efeito de homologação do produto ofertado, este deverá atender no mínimo o exigido por este Termo de Referência.



### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DO LICITANTE *		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
Endereço <u>Completo</u> : (Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade - UF)		
CEP:	FONE/FAX:	e-mail:
<b>DADOS COMPLEMENTARES DA PROPONENTE</b>		
Listar os dados abaixo DE CADA UM DOS SÓCIOS da empresa (pessoa física ou jurídica):		
Nome/Razão Social:	Endereço <u>Completo</u> :	CPF/CNPJ:
RG/INSCRIÇÃO ESTADUAL:	Cargo do Sócio**	
Indicar dados DA CONSTITUIÇÃO / ULTIMA ALTERAÇÃO da empresa da seguinte forma:		
Tipo de Registro: ***		Nº do Registro:
Data de Registro:		
<b>RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>		
Nome:	Nacionalidade:	Estado Civil:
Data de Nascimento:	Profissão:	RG: CPF:
e-mail: (não pode repetir o do campo acima informado)		Telefone:
Endereço <u>Completo</u> :		
<b>DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA</b>		
Banco:		
Agência:		
Conta:		

\* O preenchimento desta ficha é obrigatório para envio de informações ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO e deverá ser apresentada juntamente com a proposta, conforme exigências do edital.

\*\* (Representante Legal; Demais membros do quadro societário; Micro Empreendedor Individual)

\*\*\* (Cartório de Registro, títulos e documentos; Junta comercial; OAB; Portal do empreendedor)

- Os preços unitários e seus totais de acordo com planilha abaixo.

- A Comissão Julgadora de Licitação poderá solicitar, para melhor avaliação, detalhamento das condições de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos.





### PLANILHA DE PREÇOS DE REFERÊNCIA

<b>SAEC</b> <b>SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO</b> <b>DE CATANDUVA</b>				<b>OBJETO:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO, COMPREENDENDO: RÁDIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE CORPORATIVA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS; E ROTEADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO AUTOMATIZADO E INTELIGENTE.			
<b>LOTE 1</b>	<b>CÓDIGO INTERNO</b>	<b>MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP</b>	<b>PROPOSTO PELO PROPONENTE</b>	<b>UN.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	001.024.004	Rádio base AC 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.1 Ref.: RB922UAGS-5HPacD-NM, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	6	R\$ 2.070,78	R\$ 12.424,68
2	001.038.163	Rádio estação cliente 16 dBi 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.2 Ref.: RBSXTsqG-5acD, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	10	R\$ 917,00	R\$ 9.170,00
3	001.024.013	Rádio estação cliente 27 dBi 5.8 GHz. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.3 Ref.: RBLHGG-5acD-XL, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	4	R\$ 1.453,43	R\$ 5.813,72
<b>LOTE 1 - RÁDIOS (AUTOMAÇÃO) - VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 27.408,40</b>
<b>LOTE 2</b>	<b>CÓDIGO INTERNO</b>	<b>MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP</b>	<b>PROPOSTO PELO PROPONENTE</b>	<b>UN.</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
4	001.038.066	Roteador 10 portas Giga L5. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.4 Ref.: RB3011UiAS-RM, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	4	R\$ 2.469,22	R\$ 9.876,88
5	001.007.109	Switch 5 portas Giga L4. Demais características conforme especificações técnicas do edital.Item 3.5 Ref.: RB750Gr3, Mikrotik	informar marca e modelo	un.	8	R\$ 704,58	R\$ 5.636,64
<b>LOTE 2 - ROTEADOR E SWITCH (AUTOMAÇÃO) - VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 15.513,52</b>



LOTE 3	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃOLOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	009.001.395	Access Point Poe Wi-Fi. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.6-Ref.: Ubiquiti, Access Point Ubiquiti U6+ Wifi 6 2x2 Multi 2.4/5ghz 2.975gbps;	informar marca e modelo	un.	7	R\$ 1.401,81	R\$ 9.812,67
7	009.001.407	Adaptador Poe+. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.7 -Ref.: Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I	informar marca e modelo	un.	7	R\$ 290,48	R\$ 2.033,36
8	009.001.394	Switch Poe De Camada 2-16 Portas Rj45 Gigabit-Gerenciável. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.8-Ref.: Ubiquiti, Switch Ubiquiti Unifi Gen2, 16p, Poe + 2sfp, 42W - Usw-16-Poe I.	informar marca e modelo	un.	1	R\$ 3.887,93	R\$ 3.887,93
<b>LOTE 3 - ROTEADOR E SWITCH (REDE WI-FI CORPORATIVA) - VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 15.733,96</b>
LOTE 4	CÓDIGO INTERNO	MATERIAIS - DESCRIÇÃO LOTE EXCLUSIVO ME/EPP	PROPOSTO PELO PROPONENTE	UN.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	009.001.408	Roteador Wireless. Demais características conforme especificações técnicas do edital. Item 3.9-Ref.: Intelbras, Roteador SR1041F	informar marca e modelo	un.	2	R\$ 623,73	R\$ 1.247,46
<b>LOTE 4 - ROTEADOR WIRELESS (REDE ILUMINAÇÃO) - VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 1.247,46</b>
<b>VALOR TOTAL LICITAÇÃO</b>							<b>R\$ 59.903,34</b>